ESTADO DE MINAS

Publicado em 19/01/2023 - 05:55

Lula reforça promessa de ampliar isenção do IR

IMPOSTOS

Presidente Lula afirma que discute com economistas do PT para "mudar a lógica" do Imposto de Renda e isentar quem ganha até R$ 5.000. Para isso, vai tributar os ricos

Promessa de briga para aumentar isenção do IR

MARIANA COSTA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem que briga com os economistas do partido dizendo ser preciso "mudar a lógica" do Imposto de Renda para garantir isenção a quem ganha até R$ 5.000 e fazer os mais ricos pagarem mais. "Meus companheiros sabem que tenho briga com economistas do PT. Vocês sabem que o pessoal fala assim: 'Lula, se a gente fizer isenção até R$ 5.000, são 60% de arrecadação do país, de pessoas que ganham até R$ 6.000'. Ora, então vamos mudar a lógica. Diminuir para o pobre e aumentar para o rico", afirmou o petista.

"Quero fazer uma mudança no Imposto de Renda. Quem ganha R$ 3 mil paga mais proporcionalmente do que quem ganha R$ 100 mil. Temos que mudar a lógica. Fui eleito para fazer coisas melhores do que eu fiz antes. E é isso que vamos fazer", disse Lula em encontro com representantes de centrais sindicais no Palácio do Planalto. A declaração foi feita na mesma semana em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu votar mudanças no Imposto de Renda no segundo semestre, após uma reforma tributária sobre impostos ligados a consumo no primeiro.

O chefe do Executivo disse ainda que será necessária uma "briga" para aprovar a reforma tributária dessa forma. Ele disse ainda que será preciso mobilização e pressão, inclusive em cima do governo federal. "Vocês têm que saber que a gente não ganha isso se não houver mobilização do povo brasileiro para mudarmos uma vez na vida a política tributária para colocar o pobre no Orçamento da União e colocar o rico no Imposto de Renda para ver se a gente arrecada o suficiente para fazer política social nesse país", frisou Lula.

O presidente repetiu ser preciso colocar o pobre no Orçamento e o rico no Imposto de Renda. Durante o café da manhã com jornalistas na semana passada, ele já havia dito que pessoas ricas precisam pagar mais impostos. Durante cerimônia ontem, foi assinada portaria interministerial que cria um grupo de trabalho para elaboração de projeto de lei que institui a política de valorização do salário mínimo. O grupo terá vigência de 90 dias.

Os presidentes das centrais discutiram propostas, entre elas a valorização do salário mínimo. Eles defendem resgatar a fórmula adotada até 2019, de corrigir o valor pela inflação mais o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes, o que elevaria o salário mínimo neste ano a R$ 1.343. Adilson Araújo, presidente da CTB, fez uma defesa mais incisiva do reajuste no salário mínimo. "Isso importa muito para a vida de 60 milhões de brasileiros. Isso importa muito porque incrementa, movimenta a economia, como foi o auxílio emergencial", disse.

DIFICULDADE A promessa feita por Haddad na Suíça é que o governo fará uma reforma tributária nos impostos sobre a renda para corrigir a defasagem da tabela do Imposto de Renda, que não é atualizada desde 2015. Com isso, pela primeira vez na história, os contribuintes que recebem a partir de 1,5 salário mínimo terão descontado o Imposto de Renda nos salários. O ex-presidente Bolsonaro prometeu elevar a faixa de isenção para R$ 5 mil, mas não aplicou nenhuma correção em quatro anos de mandato. O presidente Lula prometeu na campanha elevar a isenção para o patamar de 5 salários mínimos, o que equivale a R$ 6,5 mil – considerando o mínimo atual de R$ 1.302.

Sem reajuste desde 2015, a tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) acumula uma defasagem de 148,10%, a maior da série histórica. O cálculo foi feito pelo Sindifisco Nacional (Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal) com base no anúncio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado em 10 de janeiro, que apontou uma inflação acumulada de 5,79% em 2022. A defasagem recorde é decorrente também das várias correções que não acompanharam as perdas inflacionárias desde 1996. Antes dessa data, o reajuste era automático e seguia outros parâmetros.

Caso fosse feita a correção total da tabela, nenhum contribuinte do IRPF cuja renda tributável mensal seja inferior a R$ 4.683,95 pagaria o imposto. Atualmente, todos com renda tributável superior a R$ 1.903,98 pagam Imposto de Renda. Essa diferença, de R$ 2.779,97, penaliza, principalmente, pessoas de mais baixa renda, que estariam na faixa de isenção. Porém, devido à defasagem existente, são tributados à alíquota de 7,5%.

NO BOLSO Segundo cálculos do sindicato, para pessoas com rendimento de R$ 6 mil, a não correção da tabela impõe um recolhimento mensal a mais de R$ 681,94, um valor 690,89% maior do que deveria ser. Já o contribuinte com renda mensal tributável de R$ 10 mil paga 177,17% a mais.

O reajuste integral da tabela traria, aproximadamente, 13 milhões de declarantes para a faixa de isenção. Com base nos Grandes Números das Declarações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, no ano-calendário de 2020, 11,14 milhões de declarantes estavam na faixa de isenção.

Ajustando as informações presentes na tabela corrigida, estariam isentos 23,93 milhões de declarantes.

Segundo o Sindifisco Nacional, é importante ressaltar que a correção da defasagem total implicaria uma renúncia fiscal de R$ 101,6 bilhões.

Para a entidade, tal medida de justiça fiscal deve vir acompanhada, necessariamente, de medidas de compensação dessa perda, principalmente tributando os mais ricos, que têm parcelas elevadas de rendimentos isentos.

"Nossa Constituição defende o princípio da capacidade contributiva, que significa que quem ganha mais deve pagar mais imposto. A falta de correção da tabela é uma maneira de aumentar a tributação para os mais pobres. Para corrigir esse problema e não causar danos ao já deficitário Orçamento, o ideal seria adotarmos medidas progressivas, como a volta da taxação de lucros e dividendos", afirma Tiago Barbosa, 1º vice-presidente do Sindifisco Nacional. (Com agências)

DOUGLAS MAGNO/AFP

Para sindicalistas no Palácio do Planalto, Lula disse que tem que diminuir imposto para o pobre e "aumentar para o rico"

Perda de arrecadação emperra mudança

O especialista em direito tributário, mestre em direito político e econômico e professor do Meu Curso Educacional Alessandro Spilborghs explica que o principal fator que trava a correção da tabela do Imposto de Renda é a perda arrecadatória. Ele destaca que quanto maior for a faixa de isenção, maior será o número de contribuintes que deixarão de recolher o Imposto de Renda. "Isso naturalmente implica uma arrecadação menor. Para que isso possa acontecer, ou seja, para que eles possam realizar a atualização e a correção dessa tabela, o governo vai ter que buscar algumas medidas compensatórias que façam com que seja possível a atualização da tabela."

Spilborghs reforça que o governo vai deixar de arrecadar com Imposto de Renda para fazer isso por meio de outras vias. Para ele, a correção da tabela do Imposto de Renda não está intimamente ligada a uma reforma tributária. "Quando a gente veicula ou ventila uma reforma tributária está pensando especialmente em mudanças importantes e que são necessárias no texto da Constituição Federal. Mas a mera atualização e correção da tabela do Imposto de Renda não implica mudar o texto constitucional."

Spilborghs ressalta que, hoje em dia, o Imposto de Renda acaba recaindo de forma mais pesada sobre quem tem menor rendimento. "É, ao contrário, quem tem maior rendimento é que deveria se sujeitar a uma tributação mais alta do Imposto de Renda. Mas quem suporta a maior carga tributária – tributos indiretos como ICMS e IPI – certamente é aquela camada da população que menos recebe. Isso, naturalmente, impõe uma distorção completa do que se imagina para alcançarmos uma justiça fiscal."

Para Spilborghs, existem dois fatores que levam à distorção entre a faixa de isenção do Imposto de Renda e o salário mínimo. "Na verdade, os dois estão abaixo do que se espera. Tanto a faixa de isenção como o salário mínimo. O salário mínimo já não é capaz de atender às condições básicas de sobrevivência de nenhum cidadão. Se uma pessoa receber hoje um salário mínimo, ela não consegue subsistir. Esse é um ponto especialmente importante."

Ele lembra que justamente por causa disso existe a faixa de isenção do imposto. "Ela deixou de ser atualizada nesses últimos anos e, com isso, ano após ano aumenta o número de contribuintes do IR. Para o governo, naturalmente, não é ruim. Mas quem acaba pagando o pato nesse caso é a população. E é a população de mais baixa renda." Para resolver essa distorção, a reforma tributária, segundo ele, seria um ponto essencial.

"Talvez uma das alternativas seja trazer novas faixas de alíquota do Imposto de Renda. Hoje não temos tantas faixas assim. Colocando novas faixas de alíquota, consegue-se tributar de uma forma mais adequada, eu diria mais justa, as pessoas conforme o seu rendimento. Pois esse é o grande objetivo do Imposto de Renda: tributar e revelar a verdadeira capacidade econômica de cada cidadão", diz Spilborghs. (MC)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Economia **Pagina:** 5

Copyright © Clipclap 2025.